



JUVENTUDE E TERRITÓRIO: A IMPORTÂNCIA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO NA INSERÇÃO DOS JOVENS POBRES NA ILHA DE ITAPARICA-BA.¹

Michael Hermann Garcia Teixeira²

Resumo: *O artigo trata da juventude pobre residente na Ilha de Itaparica – na qual faz parte da região metropolitana de Salvador-BA – e sua relação com as concepções sobre o território, além da intenção na realização de uma breve reflexão da importância do trabalho enquanto elemento fundante da atividade humana, principalmente a partir da centralidade concebida pelos jovens ao trabalho e ao emprego. O trabalho e o território são tratados na concepção das políticas setoriais voltadas para o campo da assistência social, sobretudo para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, onde a juventude também se insere na elegibilidade de tais programas e projetos sociais. As imagens destes jovens, socialmente projetada pelas políticas setoriais nos quais são elegíveis, interagem com os conceitos sobre território, que possui uma face que torna a sua entrada mais desigual e estigmatizada no contexto da pólis. Buscou-se, através de outros trabalhos sobre o tema que acerca sobre juventude em outras localidades, o resgate sobre a importância da centralidade do trabalho como forma de inserção desta juventude vulnerável não só no mercado de trabalho, mas de sua participação de fato na vida urbana das médias e grandes cidades. Este trabalho possui a pretensão de conhecer as conexões entre as especificidades do desenvolvimento urbano da região metropolitana da capital baiana, em relevo suas desigualdades, as ocorrências de inserção ou não no mercado de trabalho e as ações de política social que elege tal segmento etário. O sentido primaz – e último – deste estudo é investigar o quanto a política social contribui para a produção de territórios na totalidade da cidade.*

Palavras-chave: Juventude; Território; Trabalho

INTRODUÇÃO E A PROBLEMATIZAÇÃO DOS TEMAS

A pesquisa possui a pretensão de discutir uma tríade em relação à juventude vulnerável: trabalho, território e política social; além de não só de conhecer as imagens sobre os jovens que é socialmente projetada e como as políticas sociais, elegíveis para esse segmento etário, interagem com estas imagens na sua construção. Primeiramente, tal estudo possui como foco de investigação a inserção ou não de jovens pobres residentes na Ilha de Itaparica no contexto da polis, constituída pela região metropolitana de Salvador-BA. A centralidade do trabalho torna-se peça importante para um estudo reflexivo sobre a inserção destes jovens no contexto da polis, da “grande cidade”, território por excelência, onde estão contidos os melhores serviços e oportunidades. O outro pólo desse questionamento deve ser levantado e mapeado: qual(is) é a principal(is) iniciativa(s) da esfera pública municipal em termos de políticas voltadas para jovens, bem como tais ações conformam a configuração do território dentro da totalidade, não só do município integrante da região metropolitana, mas também da “grande cidade”.

¹ O presente trabalho foi parte da construção do projeto de dissertação do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador-UCSal, sob a orientação da Prof^{ra} Dr^a Mary Garcia Castro; e financiado com bolsa da FAPESB.

² Assistente Social (UFJF), Especialista em Violência Doméstica e Urbana (PUC-Rio de Janeiro) e Mestrando da Pós Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador (UCSal) – Salvador/BA; Membro associado da NET- Núcleo de Estudos do Trabalho-PPGPSC/UCSal e Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidades, Cidadania e Cultura – PPGPSC/ (email: asmichael@uol.com.br).



A IMPORTÂNCIA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA OS JOVENS.

Tal concepção se baseia em um equívoco comum, o de considerar trabalho e emprego como sinônimos. Trabalho precede emprego e existe desde o momento em que o homem passou a modificar a natureza. O emprego, termo mais recente, tal conceito surge junto ao início da revolução industrial, que se configura como uma relação relativamente estável e mais ou menos duradoura. Tal relação é estabelecida entre o capitalista e o trabalhador, onde há, dessa forma, um contrato que pressupõe uma relação de subordinação do empregado ao empregador. Segundo Castel apud Hermann (1997), tal contrato de trabalho tinha, no início do processo de assalariamento, o objetivo primaz de controlar – territorialmente – a mobilidade da força de trabalho.

Na contemporaneidade, há uma dicotomia marcante entre os termos trabalho e emprego, onde conclui-se que nem todos os trabalhadores são empregados. Na realidade, se vivencia atualmente uma crise do emprego e não do trabalho. O processo de reestruturação produtiva levou a uma maior automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, além de uma intensa poupança de mão de obra, potencializada pelo incremento tecnológico, e da falência do Estado de bem estar, construída pela sociedade ditamente salarial. O resultado foi a maior flexibilidade dos processos de trabalho e dos produtos e padrões de consumo. Tal cenário acabou por gerar fortes pressões no controle do trabalho, descaracterizando o trabalho organizado. Foram os reflexos desse processo: o desemprego estrutural, ganhos modestos de salários reais e retrocesso massivo do poder sindical, além de regime e contratos de trabalho mais flexíveis e a redução drástica do emprego regular. As novas condições do mercado de trabalho reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados, dentre eles, a grande parcela dos jovens urbanos. Apesar das diversas críticas feitas em relação à importância e centralidade do trabalho na configuração das relações sociais, o vínculo social pela via do trabalho – representada na maioria das vezes pelo assalariamento e pelo emprego formal - permanece sendo uma realidade concreta. Essa inserção é fundamental na constituição de uma auto-identificação social que faz com que haja um reconhecimento coletivo e a possibilidade de uma ação política.

Tal concepção é percebida entre os jovens. Em sua pesquisa envolvendo jovens do Rio de Janeiro, Castro (2005) mostrou como o trabalho ainda é central em suas falas. Castro (2003) referindo-se a outra pesquisa também indica a importância dada ao trabalho pelos jovens como forma de inserção social. Hermann (2007) discute tal importância da centralidade do trabalho entre a juventude residente na região semi-árida norte-mineira, que é evidenciado nas falas destes jovens como sendo a única alternativa possível de se integrarem no contexto cidadão. Como proposta de dissertação, o mesmo autor irá trabalhar com os jovens da Ilha de Itaparica³ sobre tal temática, e como a mesma pode contribuir para a inserção dos mesmos não só no mercado de trabalho, mas no contexto da cidade.

NOTAS SOBRE O MÉTODO: JUVENTUDE, A CIDADE E O TRABALHO.

O primeiro ponto a ser estabelecido nestas breves notas sobre o método é o do conhecimento que se parte neste estudo que acerca sobre a cidade, mais especificamente o ponto

³ Os municípios da Ilha de Itaparica – Itaparica e Vera Cruz – fazem parte da região metropolitana da capital baiana.



a partir do qual se pode estabelecer a conexão entre a cidade e seus sujeitos e, particularmente, os jovens pobres. Nesse ponto de partida a cidade é um texto cujo leitor é ao mesmo tempo seu produtor. O jovem, apropriado desta leitura, começa a decifrar os percursos e os territórios do contexto citadino. Nesses percursos é que se realiza o sentido de pertencer ou não à cidade, que é a base de seu direito; a ela e de seus territórios. No exercício cotidiano de decifração o habitante citadino vai conhecendo as fronteiras sociais já materializadas no espaço urbano.

O que nos chama a atenção para o caráter de discurso que a cidade possui, segundo Barthes (2004), é que a mesma se constitui, como uma verdadeira linguagem. Como um texto ela acumula dimensões e espessuras variadas. A cidade em si apresenta as suas desigualdades sociais, através das áreas de segregação e de diferentes paisagens que no presente compartimentalizam os sujeitos através de códigos materiais e simbólicos que interditam ou franqueam os espaços que expressam, na maioria das vezes, estratificações sociais muito bem hierarquizadas e segmentadas.

Como lembra Santos (1991, p.74) a produção do espaço é resultante direta da ação humana, assim em cada tipo de paisagem está a reprodução de níveis diferentes das forças produtivas materiais e imateriais, já que o conhecimento é parte destas forças. Para melhor compreensão da metáfora da cidade como um discurso é preciso reconhecer que: se existe um sistema urbano “com sua materialidade e com suas formas, com suas possibilidades e interditos, com suas avenidas e muros, com seus espaços de comunicação e os seus recantos de segregação”.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A imagem projetada sobre os jovens pobres, que possuem uma realidade periférica e diferenciada do contexto da metrópole, é marcada permanentemente por um potencial perigo. As políticas sociais voltadas para esse segmento são direcionadas muito mais para as imagens que os jovens projetam do que para suas reais demandas de inserção na vida societária. A repercussão pela mídia, muito mais acelerada em relação aos eventos ocorridos no centro da cidade, produz uma imagem do jovem, ente responsável pela perturbação da ordem do espaço urbano, que é muito mais mobilizante e provoca uma resposta de maior intensidade da opinião pública, forçando a ação do Estado. Os programas funcionam muitas vezes como elementos de territorialização do jovem em seu bairro ou região, afastando-o do centro e propiciando a ele apenas uma circulação funcionalizada neste espaço. Assim, atende-se a pressão da opinião pública sobre o controle urbano. Tal dissertação tem a pretensão de observar e verificar até que ponto tais políticas contribuem para este fenômeno já descrito. O desafio maior deste estudo preliminar é não somente levantar a importância da centralidade do trabalho para a entrada de uma grande parte deste segmento etário no mundo do trabalho formal e no espaço da polis; mas também investigar o quanto a política social, no âmbito da realidade baiana contribui ou não para a produção de territórios na totalidade da cidade, principalmente para os jovens pobres residentes nas áreas periféricas.

Os jovens, isolados em seus locais de moradia, não são objeto de interesse das políticas. Em seus locais de moradia marcados pelas desvantagens os jovens são invisíveis, integrados ao ambiente desvalorizado, não causam estranheza e nem são alvo de controle público acentuado. Na medida em que se afastam deste local passam a serem visíveis justamente por sua



desvantagem, profundamente marcada por sua origem. Portanto, não é possível esquecer que as próprias políticas reforçam concepções e imagens já existentes que circulam na vida social. Mas, também, não é possível desconhecer a conexão entre políticas e pressões sociais. Dentre elas a questão do controle do espaço da cidade é de fundamental importância. O controle dos jovens e de sua circulação na metrópole são pautas importantes para os responsáveis não só pela formulação das políticas setoriais verticalizadas, mas pela segurança pública. A produção de territórios para os jovens das periferias urbanas objetiva, dentro do espaço físico, os antagonismos societários e também produz impactos na vida destes sujeitos. Esses territórios, marcados pela falta de recursos e equipamentos coletivos, pela precariedade, ou mesmo falta, do transporte público, pelo ambiente construído degradado, os marca de forma sensível em suas poucas possibilidades de acesso aos bens da cultura e da cidadania, criando um circuito de homogeneidade, e ao trabalho, condenando-os a uma experiência de fracasso individual e coletivo, menos valia e invisibilidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.H.T. **A relação igualdadeXdesigualdade – um sonho em eclipse** In: SERRA, R. (org) **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. PETRES – FSS/UERJ. Cortez Ed., São Paulo – Rio de Janeiro, 2001.

BELLONI, I. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. Questões de Nossa Época. Cortez Ed. V 75. São Paulo, 2000.

BARROS, José d' Assunção. **Cidade e história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEHRING, E.R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2º ed. São Paulo: Cortez Ed., 2002;

CASSAB, M.A.T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói/RJ, Intertexto, 2001.

CASTRO, L.R. **A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. **Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania**. In: _____. **Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

COHEN, E. , FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Editora Vozes, 5ªed. Petrópolis-RJ, 1993.

FREITAS, M.V., PAPA, F.C. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. Cortez Ed. 1ºed. RJ, 2003;



HERMANN, M. **Os percursos da desigualdade: a inserção da juventude do semi-árido norte-mineiro no mercado de trabalho subalterno.** Anais do X SEMOC – Seminário de Mobilização Científica – UCSal: Salvador-BA, outubro de 2007.

HUGO, V. **Os Miseráveis.** Hemus Ed. São Paulo, 516p., 1979.

LEAL, M.C., MATOS, M.C., SALES, M. A.(orgs.), **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos.** FSS/UERJ, Cortez Ed. São Paulo, 2004.

MPAS/SEAS **Guia de Capacitação do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.** Brasília-DF, Dezembro de 2000, 31p.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci .** Cortez Ed. 3ª edição ver e atualizada, São Paulo, 2004.

POCHMANN, M., AMORIM, R. (orgs.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil,** 2ª ed. Cortez Ed., São Paulo, 2003.

SILVA, H.R.S., MILITO, C. **Vozes do Meio Fio: Etnografia** Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 1995;

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1991.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** In: **Revista Brasileira de Educação,** n. 24, set-dez 2003, p. 16-39.

SPOSATI, A., FALCÃO, M.C. **A assistência social brasileira: Descentralização e municipalização.** Educ-PUC/SP, 1988.

YASBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social .**Cortez ed. 3ªed.São Paulo, 1999.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade.** Rio de Janeiro:Revan, 2003.